

Inquérito Civil n.º 06.2012.00001443-0

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça em exercício na 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canoinhas e o **MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Travessa Otacílio Florentino de Souza, n. 210, Centro, Major Vieira/SC, representado pelo Senhor Prefeito **ORILDO ANTONIO SEVERGNINI**, contando ainda com a presença da Tenente **NICOLE FERREIRA MARTINS**, responsável pelo Corpo de Bombeiros Militar da Comarca de Canoinhas, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2012.00001443-0, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais individuais indisponíveis (artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil instituiu Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (Preâmbulo da Constituição da República);

CONSIDERANDO o conteúdo do artigo 127 da Constituição Federal, que dispõe ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à

função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 129, inciso II, da mesma Carta Constitucional, que atribui ao Ministério Público a função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa judicial e extrajudicial dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor, conforme interpretação conjugada dos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 81, parágrafo único, incisos I, II e III, do Código de Defesa do Consumidor e artigo 1º, inciso II, e artigo 5º, inciso I, da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê em seu artigo 6º a saúde e segurança como direitos sociais;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal traz como princípio fundamental da atividade econômica a defesa do consumidor (artigo 170, inciso V);

CONSIDERANDO que o artigo 108, incisos II, III e IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina atribui ao Corpo de Bombeiros Militar a incumbência de regulamentar, fiscalizar, sancionar e periciar quanto à segurança contra incêndios em edificações;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n. 13.425/2017, da Lei Estadual n. 16.157/2013 e do Decreto-Lei Estadual n. 1.957/2013 que dispõe

sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que a Escola Municipal Tia Chiquinha apresenta algumas irregularidades relativas à segurança, sendo necessária a realização de adequações, consoante atestado pelo Corpo de Bombeiros às fls. 233-238 e 248-251;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto primordial a adequação da ESCOLA MUNICIPAL TIA CHIQUINHA, no que se refere ao cumprimento das normas de segurança e prevenção contra incêndio da edificação.

2 DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:

2.1 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER – MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA

Cláusula 2ª: O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar junto ao Corpo de Bombeiros Militar o projeto preventivo contra incêndio devidamente corrigido até o dia 11 de agosto de 2018 e, caso seja necessária nova alteração, compromete-se a realiza-la em até 20 (vinte) dias úteis;

Cláusula 3ª: Com a aprovação do projeto preventivo contra incêndio pelo Corpo de Bombeiros Militar, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-

se a executar integralmente o projeto aprovado no prazo de 12 meses;

Cláusula 4ª: Após a execução integral das adequações elencadas no projeto preventivo contra incêndio, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a solicitar vistoria para Habite-se no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, devendo comprovar a solicitação documentalmente ao Ministério Público;

Cláusula 5ª: Após a vistoria mencionada na Cláusula 4ª, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar o Alvará de Habite-se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a emissão;

Cláusula 6ª: Providenciados cada um dos itens descritos nas Cláusulas 2ª, 3ª e 4ª, o **COMPROMISSÁRIO** se compromete a encaminhar ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, documentos comprobatórios do cumprimento integral de referidas Cláusulas.

2.2 DA OBRIGAÇÃO DE FAZER – CORPO DE BOMBEIROS

Cláusula 7ª: O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ficará a cargo da fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado pelo MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, estando ciente, inclusive, da obrigação de, ao final, expedir laudo circunstanciado, atestando a adequação das irregularidades apontadas.

3 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 8ª: No caso de descumprimento das cláusulas 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª, o **COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA** fica obrigado ao pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), para cada uma das cláusulas, revertendo tal valor ao Fundo de Reparação dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

4 DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

Cláusula 9ª: O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do **COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA** em relação ao objeto deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), caso venha a ser integralmente cumprido.

§ 1º. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

§ 2º. A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título.

5 DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO:

Cláusula 10ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 11ª: As partes elegem o foro da Comarca de Canoinhas/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

Cláusula 12ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, assim como a data para contagem dos prazos nele estabelecidos.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o §3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e os artigos 48, inciso II, e 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Canoinhas, 11 de julho de 2018.

MARIANA PAGNAN SILVA DE FARIA
Promotora de Justiça

ORILDO ANTONIO SEVERGNINI
Prefeito de Major Vieira

NICOLE FERREIRA MARTINS
Tenente do Corpo de Bombeiros